

## **A IDENTIDADE SEM-TERRA: as territorialidades do Assentamento Oito de Abril/Jardim Alegre-PR**

Cleiton Costa Denez<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Pretende-se aqui, apresentar a identidade que o MST tem moldado em relação ao espaço, na construção de territórios e territorialidades. O trabalho se pautou em algumas revisões bibliográficas sobre o conceito de identidade, território e territorialidades, com observações, diálogos e entrevistas no Assentamento Oito de Abril – Jardim Alegre/PR. Para tanto, discute-se as macro e microterritorialidades presentes no assentamento. As macroterritorialidade se mostram pela atuação dos atores como o Estado, o Mercado e o próprio MST, que por meio de um processo relacional, atuam no interior do assentamento como microterritorialidades, que se produzem pela confluência e contradições de esforços das estruturas macro. Os assentados se envolvem neste processo relacional, em que se analisa algumas variáveis, que envolvem os processos de educação, político e econômico. O assentamento se produz como uma microterritorialidade, por receber a influência dos atores citados, porém isso não esgota a possibilidade de se auto organizar e construir a própria lógica nesse processo.

**Palavras-chave:** Identidade; Territorialidades; Assentamento; MST.

### **Introdução:**

O objetivo do presente trabalho é discutir os conceitos de macro e microterritorialidades aplicados ao Assentamento Oito de Abril – Jardim Alegre/PR. O assentamento em questão se territorializou no espaço outrora pertencente à Fazenda Corumbataí, que permaneceu ocupada de 1996 a 2004, como um acampamento do MST, à data da aquisição pela União.

Para análise utiliza-se de alguns procedimentos metodológicos realizados no Assentamento Oito de Abril, com observações das relações internas para aplicabilidade dos conceitos. Para tanto, recorre-se a uma revisão bibliográfica sobre o conceito de território e territorialidade, e algumas reflexões sobre os processos relacionais à construção de territorialidades e territórios.

Ao trazer para o debate os termos macro e microterritorialidade foi necessário compreender como se originam as territorialidades, seu conteúdo, quem as criou e para quê. Nas macroterritorialidades, agrupam-se territorialidades que já passaram pelo processo de

---

<sup>1</sup> Professor colaborador da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Integrante do Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES). E-mail: [cleiton.denez@hotmail.com](mailto:cleiton.denez@hotmail.com)

expansão, tornando-se dominantes e atuando na homogeneização espacial de acordo com seus interesses, utilizando-se de toda estrutura macro. Essa estrutura pode ser o sistema jurídico, o Estado, os meios de comunicação, etc., a partir dos quais é possível que estas territorialidades atuem em diferentes áreas ao mesmo tempo e, assim, se perpetuem. As microterritorialidades são grupos que tendem, dependendo de seu conteúdo, a resistir à expansão das macroterritorialidades, como os grupos tradicionais de faxinais, ribeirinhos, sem terras, etc. Esses grupos se organizam de forma e princípios diferentes dos modelos dominantes das macroterritorialidades, resistindo à sua expansão.

As macro e microterritorialidades se produzem através de um processo relacional envolvendo diferentes atores. Nesse processo, tal leitura pode ser realizada sobre diferentes atores que têm o território como “trunfo”. Como já mencionado escolheu-se o Assentamento Oito de Abril, como exemplo de uma microterritorialidade que se produz pela confluência de diferentes atores, como o Estado, o Mercado e o MST, que atuam em um processo relacional.

### **Territorialidades e identidade “Sem Terra”**

A territorialidade é permeada pelas diferentes ações no interior de um território. Segundo Haesbaert (2004b), há uma multiterritorialidade que ocorre a sobreposição de territórios pela apropriação do espaço por diferentes grupos. Nesse sentido, há também diferentes territorialidades que se sobrepõem e se articulam.

A construção de territorialidades se dá por meio das relações que se produzem ao se constituir um território e se reproduzem em seu interior ao longo do tempo. Em Saquet (2010), a territorialidade “*tem alterações no tempo histórico, no mesmo e em diferentes lugares, de maneira relacional*” (SAQUET, 2010, p. 149). A territorialidade é construída de forma relacional e representa a ação no interior do território ou na produção de territórios. Assim, “*se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a face vivida da face agida do poder*” (RAFFESTIN, 1993, p. 161-162).

As territorialidades podem se manifestar de diferentes formas, condicionadas e influenciadas pelos grupos que ocupam o território e vice-versa. No interior dos territórios se produzem territorialidades que, segundo Saquet (2004), é tudo o que ocorre diariamente em determinadas áreas, preenchendo-as de significados.

Conforme Saquet (2004), a territorialidade é resultado e condição do processo de produção de cada território. Em cada espaço, através de múltiplas relações, as áreas ganham individualidades e aspectos que as caracterizam. Estas características só acontecem pelas atividades cotidianas de cada área e ocorrem por meio das pessoas ou grupos sociais em parcelas do espaço geográfico. A apropriação do espaço constitui uma identidade em relação ao território, produzindo significados e códigos entre os indivíduos que formam um grupo com interesses em comum sobre o mesmo espaço.

Saquet (2004), relaciona a identidade com as relações de afetividade, juntamente com a vida em sociedade construindo um campo simbólico. A identidade na Geografia, desta forma, é **a territorialidade que se manifesta por meio das relações sociais, econômicas, políticas e culturais no espaço.**

Os elementos da forma de vida de um grupo social ou lugar tornam-se essenciais para a produção e a reprodução da identidade, sendo formada, segundo Saquet (2010), pelas edificações, línguas, religião, mitos e ritos. Sendo assim, as materializações humanas no espaço carregam significados e, então, constituem territorialidades de quem produz e reproduz o espaço.

A identidade é formada por um processo histórico que se produz nas relações do homem com o ambiente, tendo seu caráter político, econômico e cultural, de forma material e abstrata no e sobre o espaço.

A ação identificadora, segundo Almeida (2006), acontece sobre uma teia de relações já existentes e se constrói por meio de uma correlação de diferentes atores e variantes. No assentamento isso pode ser caracterizado com a chegada do MST em Jardim Alegre, cujo acampamento, juntamente com as relações anteriores, promoveu novas ações que moldaram as territorialidades do assentamento. Tais territorialidades são constituídas a partir das relações entre o MST, o sem-terra, e o espaço ocupado e outros atores envolvidos, os quais formam um “*ambiente social (So)*” sobre o “*ambiente orgânico (Sn)*” (RAFFESTIN, 2009, p. 28).

A identidade ocorre em meio ao processo histórico, mantendo seus primeiros aspectos e/ou assumindo novos, de acordo com as mudanças das relações que se dão no espaço pela territorialização de diferentes grupos. Neste aspecto, é necessário lembrar a dinâmica que está imposta ao espaço, em que pode ocorrer o processo, que por Raffestin (1993), se define como T-D-R (Territorialização, desterritorialização e reterritorialização). E, da mesma forma, a territorialidade está empregada nesta dinâmica.

Haesbaert (2007), debate a identidade a partir da sua dimensão espacial, ressaltando seu caráter múltiplo, abordando as identidades claramente híbridas e fluídas até as mais fechadas e rígidas. Desenvolve, neste sentido, uma reflexão para destrinchar o elo que há entre território e identidade, sendo inclusive, indissociáveis.

A identidade está em contraste com o conceito de diferença, já que se funda na diferença. Só é possível constituir uma identidade por meio da relação com o outro e, assim, criar simbologias e abstrações em comum que levam a identificação de um grupo ou de um indivíduo.

Com a identidade há aspectos que levam ao reconhecimento dos indivíduos ou grupos, por se reconhecerem nos produtos materiais e na abstração das territorialidades.

O território é objeto de disputas, em que o poder é exercido, o qual fixará as formas de classificação ou moldará as identidades que se criam pelas representações. O poder, assim como o território, é múltiplo e, segundo Haesbaert (2007), não está apenas nas figuras centralizadoras como o Estado e a classe dominante. O poder se manifesta de forma micro, como em grupos excluídos, que se despontam na resistência da homogeneização espacial e, também, por meio das relações de poder em escala macro, que corre na contramão e visa à homogeneização espacial. Enfim, uma constante contraposição de forças para a territorialização produzindo as mais variadas territorialidades e territórios.

Como o território se dá por meio da interrelação do exercício do poder sobre o espaço, é necessário entender quem o exerce e como se relaciona, criando multiterritorialidades. Neste ponto, o território se produz sobre o espaço de forma híbrida e ganha aspecto a partir da territorialidade.

As territorialidades se desprendem do território e se movem com o indivíduo ou grupo que carrega os aspectos simbólicos em que está ou estava territorializado, sendo possível se perpetuar em outro espaço e sofrer transformações de acordo com novas peculiaridades do ambiente social e do ambiente físico. Enfim, a territorialidade está na mobilidade, podendo estar materializada de forma fixa e passar também pelo processo de TDR e levar as territorialidades para outra área com a desterritorialização e uma nova territorialização.

Com uma nova territorialização o indivíduo empregará, naquele espaço, as características que carrega no seu bojo de forma híbrida, contento tanto aspectos materiais como abstratos. Estas características que o indivíduo carrega em seu íntimo poderá sofrer mudanças, agregando novos aspectos no seu modo de produzir o território.

Nos acampamentos e assentamento ocorrem essa articulação de identidades contraditórias, como no caso da produção e subsistência que passa pela ideologia de coletividade pregada pelo MST e o individualismo da lógica capitalista liberal, que atua sobre as possíveis formas de reprodução. Como há territórios formados pelas mais diferentes formas de poder que se projetam no espaço, há uma variedade de territorialidades também sendo desenvolvidas a partir das características que os atores empregam no espaço. Com isso, ocorre a territorialização e posteriormente a reprodução das territorialidades que podem se modificar no tempo e no espaço.

*“A identidade como processo impõe como condição a relação com o outro, por ser esse necessariamente o momento em que descobrimos aquilo que não somos”* (ALMEIDA, 2006, p. 295). O assentado se considera sem terra, reconhece-se assim, a partir do momento que se conscientiza diante da exclusão do seu meio de subsistência e mesmo que esteja assentado se vê assim, não pela condição de possuir ou não a terra, mas por fazer parte de um grupo que se identifica dessa forma. Ao chegar a Jardim Alegre, o sem terra não se reconhecia como jardim-alegrense, consideravam-se diferente e ainda se reconhece assim.

O sem terra possui uma identidade que é construída a partir de um processo de resistência e luta, preenchendo-o de conteúdo que o diferencia de qualquer outro trabalhador rural. Segundo Fabrini (2001), sem terra não se trata apenas da ausência de algo, neste caso, a terra, mas de uma identidade que mesmo “com terra” ele continua sem terra, possuindo uma identidade que faz com que se reconheça no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Com essa identificação, ele participa da construção de uma memória coletiva, na perspectiva que há a possibilidade de mudança da condição de excluído. Para Fabrini (2001), o sem terra é um trabalhador rural que construiu a sua inclusão social, política e econômica e, conseqüentemente, tem uma identidade que é construída, a partir de um processo em que o indivíduo se reconhece em sua forma de agir, pensar, viver e se expressar, compondo um grupo com os mesmos interesses.

O MST tem sua gênese a partir de pequenos acampamentos que eram organizados por intermediários, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, com o tempo, ganhou amplitude, corpo e forma com a construção de uma identidade através da práxis. A organização construiu uma identidade, como a direção escalonada, setores, secretaria, bandeira e hino. Enfim, tudo que dá vida ao movimento pela ação coletiva dos trabalhadores sem terra e dos

grupos que se articularam em torno desta proposta. Pode-se utilizar a simbologia do MST para entender um pouco sobre o objetivo do movimento.

A maioria das casas dos acampamentos e assentados conta com a presença da bandeira do MST, bem como as escolas e a secretaria dos assentamentos e etc. As representações simbólicas, como a imagem de Zumbi dos Palmares e outros ícones históricos utilizados pelo movimento e as placas que marcam a entrada dos assentamentos, são exemplos das características das territorialidades do MST e da cultura de resistência que se fazem presentes. A bandeira é um exemplo da organização do MST.

A bandeira se tornaria um signo conhecido nacionalmente, assim como a sigla MST. Outros símbolos, como o facão, a foice, a enxada e os frutos do trabalho tornaram-se presentes no cotidiano da luta, representando o sentido da resistência e da identidade dos sem-terra (FERNANDES, 1999, p. 178).

O MST, para Fernandes (1999), luta contra um opressor que causou o derramamento de sangue das mais variadas formas para manutenção de uma estrutura social que se mantém vigente por anos. É com a bandeira à frente das massas de trabalhadores sem terra, que o MST pretende trazer a libertação aos oprimidos. Esse opressor é todo um sistema articulado de diferentes grupos que se beneficiam da acumulação capitalista, em detrimento de alguns grupos, como o caso dos trabalhadores rurais sem terra.

O MST construiu, a partir da identidade de sem terra, um movimento, e com ele, uma organização complexa que tem uma nova perspectiva para os excluídos da terra. Quando a bandeira da luta pela terra criou o MST, deu origem ao sem terra com uma identidade, com uma luta, com a perspectiva de uma nova forma de distribuição de terras e de produção.

Outro ponto a destacar é o vínculo religioso, que trouxe ao MST o caráter místico por parte da teologia da libertação com uma leitura bíblica, e ao mesmo tempo, politizada. No início do movimento, as romarias, celebrações e caminhadas, juntamente com os símbolos, como a bandeira e o hino do movimento, representavam o sofrimento diante da marginalização da terra, moldando a identidade do movimento com caráter religioso.

A cor vermelha tornou-se marca do movimento, substituindo as cruces e símbolos religiosos utilizados nas primeiras organizações formadas pela CPT; e as caminhadas e



romarias se tornam ocupações como forma de mostrar a marginalização, no campo, de agricultores que perderam o acesso à terra.

Para se agregar ao MST o sem terra passa por um processo de formação a partir da prática, como já mencionado, além de uma formação política e social. *“A participação efetiva na luta, no processo de ocupação, negociação, enfrentamento e etc., gera um aprendizado político pela própria experiência vivida, quando se constrói importantes referenciais para o seu desenvolvimento”* (FERNANDES, 1999, p. 172). Esta formação sociopolítica ocorre ao longo do tempo se constituindo por conceitos de cunho socialistas e também religiosos, fruto das organizações progressistas que deram sustentação aos vários movimentos que originaram o MST. *“O setor de Frente de Massa é, portanto, a porta de entrada do Movimento. É espaço/tempo de luta e transformação, é o quando e o onde se iniciam as trajetórias de participação na luta e na construção do MST”* (FERNANDES, 1999, p. 163).

Com a organização do MST e sua estruturação, o movimento começou a priorizar a formação de seus membros através de cursos, considerando que é importante *“pensar, estudar, analisar, contextualizar a luta no processo histórico da resistência camponesa, no desenvolvimento da agricultura e do sistema sociopolítico e econômico”* (FERNANDES, 1999, p. 164). Neste contexto, foi criado o Setor de Formação que, segundo Fernandes (1999), atua com as práticas vivenciadas na luta, fomentando a consciência crítica e de classe.

Com o tempo, a partir da vivência diária, o Setor de Formação passou a articular outros setores como o de educação, construindo uma educação voltada à cultura de resistência, que o MST se identifica, com perspectivas de educação voltadas para o trabalho do campo.

No aspecto interno de uma organização, a identidade não exclui as diferenças. O que ocorre é uma articulação de momento que define uma identidade. De acordo com Almeida (2006), o que pode acontecer, por exemplo, no MST, é que diante de um objetivo comum, que é conquistar um “pedaço de chão”, pela luta através da reforma agrária, essas pessoas se unem em torno da identidade sem terra, deixando neste momento as diferenças de lado.

Então, com essa articulação, as diferenças não deixam de existir, o conflito sempre estará presente, até mesmo de forma interna no assentamento, sendo necessário exercer um processo democrático, participativo, para que sempre permaneça a articulação destas diferenças.

Estas territorialidades podem ser produzidas a partir destes contornos conjugados e ainda em diferentes escalas como em forma macro, que produzem territorialidades de forma

homogeneizadoras e de formas micro, que resistem a essa expansão e produzem sua própria territorialidade, mesmo que influenciada pelas formas macro.

### **Os conceitos de macro & microterritorialidades**

Cada forma de territorialidade tem um conteúdo e uma identidade que é “*a fonte de significado e experiência de um povo*” (CASTELLS, 2008, p. 22). Nesta perspectiva, toda identidade é construída, porém, o principal é entender como, a partir de que, por quem, e para que, isso acontece. Tempo e espaço que abrigam diferentes tendências, ações e objetos que são a base para a construção de uma determinada identidade e conseqüentemente territorialidades. A característica da identidade está na base das ações que ocorrem dentro e fora do território, em um processo que envolve o que entra e o que sai do território, fornecendo os genes que serão determinantes para seu conteúdo.

Avento aqui a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para que esta identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. Uma vez que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado pelas relações de poder, proponho uma distinção entre três formas de origens e construção de identidades [...] (CASTELLS, 2008, p. 23-24).

Cada grupo que constrói sua identidade, assim o faz por interesses econômicos, sociais e políticos que são expressos de uma forma simbólica. Nesse ponto, cria-se um sentido, um significado, com o objetivo de se perpetuar as relações e condições que lhe dão forma.

Muscará (2009) retoma o conceito de iconografia de Jean Gottmann, que representa a distinção produtora da compartimentação do espaço através da combinação de elementos religiosos, políticos e sociais.

Assim, como a iconografia de Jean Gottmann, a construção da identidade está pautada nas relações de poder e, portando, cria-se territorialidade a partir da matéria que dá base para a sua existência, havendo territorialidade de diferentes naturezas, que podem se interrelacionar ou se contrapor. A interrelação ou a contraposição ocorre a partir do que se está em jogo.

*“Hábitos, modos de vida, tradições de uma comunidade podem ser conservadas por gerações também depois de migrações para um novo território”* (MUSCARÁ, 2009, p.



40/41). Hábitos e costumes dão forma à iconografia que representava a diferenciação de áreas e assim, supostamente, uma identidade ou até mesmo territorialidades. Apropria-se do conceito de iconografia por ter a mesma conotação que o conceito de territorialidade. O conceito utilizado por Gottmann buscava explicar a resistência de grupos, por meio de homogeneidade de um agrupamento sobre o espaço, que se dava através da combinação de elementos culturais, econômicos e políticos de uma dada sociedade. Esta homogeneidade, explicada por meio do conceito de iconografia, poderia demonstrar a resistência de determinados grupos em relação aos outros. Assim, “*ocorre que a resistência oposta pelas civilizações asiáticas à penetração europeia, lembrada por E. F. Gautier<sup>2</sup>, manifesta-se na presença de fortes iconografias locais*” (MUSCARÁ, 2009, p. 41).

A iconografia sustentava a coesão interna de determinada comunidade e ainda a protegia. Coesão e proteção que se construíam por meio das relações econômicas, políticas e culturais que davam homogeneidade e sentimento de pertença a uma determinada comunidade.

Em analogia a Castells (2008), ao abordar diferentes formas de origens em construção de identidade, pode-se definir diferentes formas de origens e construções de territorialidades. Para Castells (2008) existem:

Identities legitimadoras: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, tema que está no cerne da teoria de autoridade e dominação de Sennet, e se aplica a diversas teorias do nacionalismo. Identidade de resistência: Criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas ou estigmatizadas, pela lógica da dominação, construído assim, trincheiras de resistência e sobrevivência, com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos, conforme propõem Calhoun ao explicar o surgimento da política da identidade. Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 2008, p. 24).

---

<sup>2</sup> E. F. Gautier, 1931, *Moeurs et Coutumes des Muslmans, Paris, Payot.* (apud MUSCARÁ, 2009).

Da mesma forma que Castells (2008), pode-se classificar uma territorialidade legitimadora, ou macroterritorialidade, territorialidade de resistência ou microterritorialidade e a territorialidade de projeto ou territorialidade transformadora. A macroterritorialidade pode ser representada pela estrutura territorial como as instituições tradicionais, Estado e empresas transnacionais, as estruturas dominantes e conservadoras.

Já as microterritorialidades se expressam em grupos que confrontam a autoridade e dominação, caracterizados por possíveis grupos excluídos que constroem uma identidade em torno de suas necessidades. Esses grupos, possuem uma área de atuação que está em processo de expansão, confrontando territorialidades maiores ou resistindo à expansão sobre suas áreas de existência e atuação.

Pode ser mencionado, a partir desta abordagem, o MST, como uma microterritorialidade que atua na organização dos sem terras. A microterritorialidade do MST resiste à expansão do capital no campo, que atua de forma macroterritorial, como no caso do agronegócio e o Estado, que regulamentam e organizam a ocupação do campo de acordo com seus interesses.

O assentado isoladamente atua de forma microterritorial para sua reprodução, porém, a partir de sua atuação na identidade sem terra, por meio da organização do MST, pode atuar de forma macroterritorial no espaço. O MST, com suas conhecidas formas de resistência, cria a possibilidade de enfrentamento da expansão macroterritorial voraz do capital sobre o campo, em detrimento da pequena agricultura. Desta forma, as microterritorialidades e macroterritorialidades normalmente são simultâneas.

O indivíduo incorpora a identidade que trará benefícios para si, identificando-se com o grupo que melhor expressa suas necessidades. Para Castells (2008), identidades que começam como de resistência, podem acabar resultando em identidades de projetos ou mesmo tornando-se dominantes nas instituições da sociedade, transformando-se, assim, em identidades legitimadoras.

Os vários movimentos que agiam isolados atuavam de forma microterritorial, sendo assim localizados. Com a criação do MST houve um agrupamento de forças e uma atuação homogeneizadora e macroterritorial sobre a “bandeira” do MST.

Nos assentamentos há microterritorialidades formadas em meio a diversas variantes, que contribuem para a sua forma e conteúdo. Uma destas variantes é a ação do MST que atua de forma macro sobre todos os assentamentos e que organiza as ocupações, estando

presente a partir dos próprios assentados, que se reconhecem como sem terra. Assim, os assentamentos do MST têm algo em comum que é o “ambiente social”, Raffestin (2009), que foi produzido por meio da intervenção do MST, com a formação de base e organização político-social que se reproduz, em grande parte, dos assentamentos quase da mesma forma. Esta organização se dá em forma de núcleos de base e em brigadas que partem do interior do assentamento à escala nacional, permitindo uma estrutura em rede do MST e uma atuação macroterritorial em quase todo território brasileiro.

O exercício do poder está na construção de uma territorialidade que se cria no dia-a-dia, com representações ou instituições que atuam de forma simbólica, abstrata ou concreta. Não haverá uma territorialidade única e hegemônica, assim como pregam a desconstrução dos territórios pela globalização. Diversas situações demonstram que a globalização carrega consigo um caráter político, econômico e cultural, sendo pela sua forma macro uma territorialidade legitimadora ou uma macroterritorialidade, porém são notórias as diversas territorialidades que resistem a este processo que tentam atuar de forma hegemônica. Neste ponto, há um processo constante de construção e desconstrução de territorialidades.

O território é conceito base para essa abordagem. Assim, suas variantes fazem parte da compreensão da realidade que é apresentada a partir de territorialidades, que se moldam através das diversas relações que ocorrem de forma interna na combinação de uma homogeneidade, que também leva a diferenciação de outras formas. Os assentamentos se produzem por meio de territorialidades, moldando-se a partir da correlação das variantes sociais e atores que se fazem presentes. Uma destas variantes e atores que produzem as territorialidades do assentamento é o MST, movimento social que tem se transformado ao longo tempo em uma organização social pela complexidade de suas relações, podendo ser citados ainda, outros atores como o Estado e o Mercado.

### **Macro & microterritorialidades no Assentamento Oito de Abril**

Com a territorialização do Assentamento Oito de Abril, por meio das territorialidades do MST, em confronto com a estrutura territorial anterior, ocorreu a posse efetiva do território após um longo processo de ocupação e conflitos, que acabou legitimado pela aquisição da propriedade pelo Estado. Nesse processo, desenvolveu-se o confronto com as estruturas dominantes do momento, porém, sempre há conflitos internos, que em situações com

um objetivo maior são deixados de lado, como no caso da ocupação, que exigia grande coesão do grupo para enfrentar o adversário, por meio de união de esforços.

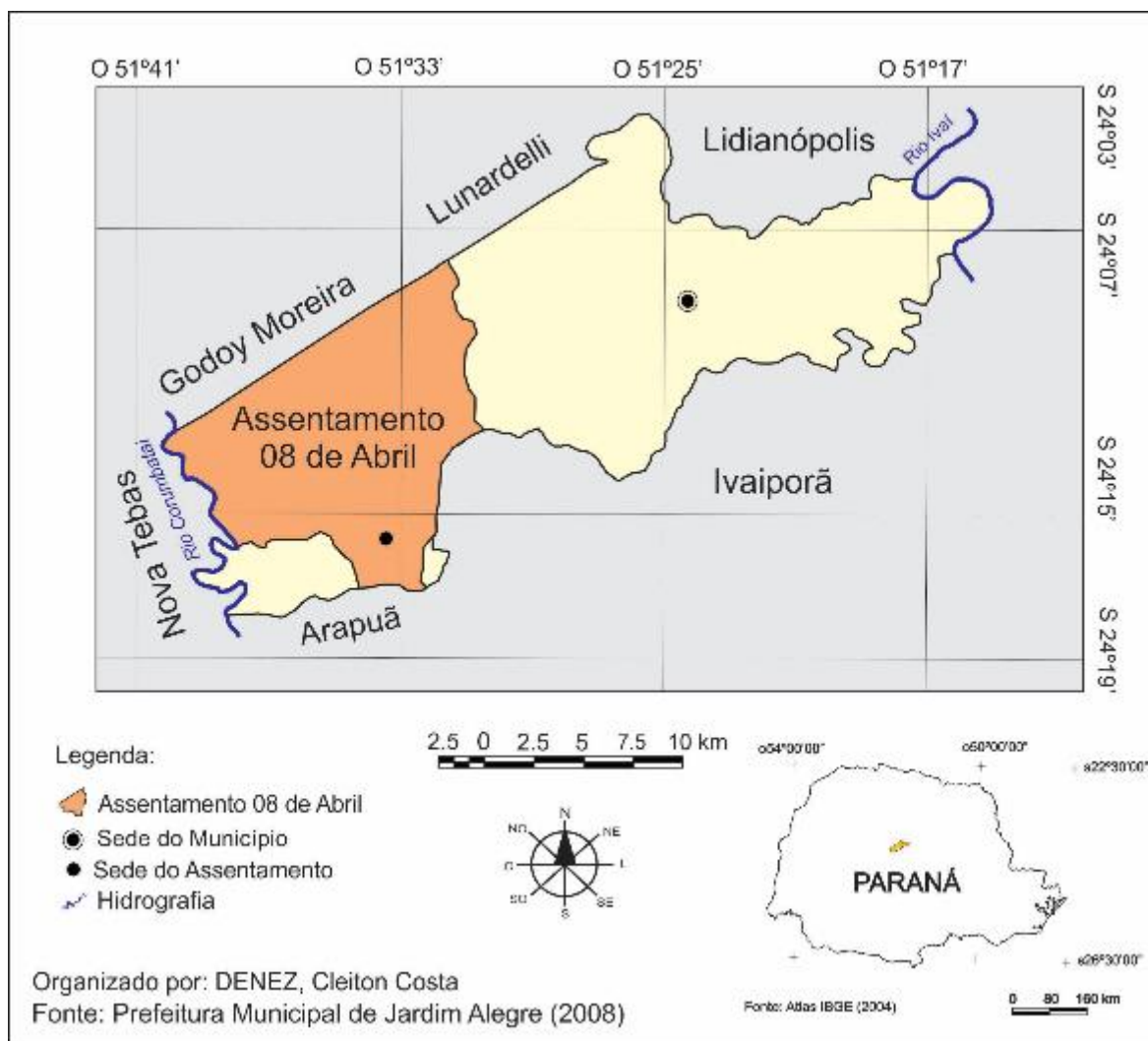


Figura 01: Área territorial do Assentamento Oito de Abril no município de Jardim Alegre.

Em uma escala macro é possível compreender as contradições geradas pelo capitalismo: movimentos x estrutura dominante. Por outro lado, é possível analisar os conflitos em uma escala micro por meio das contradições e processos internos do movimento, no caso o MST. Parte-se de uma visão macro de análise tendo como base o MST e sua organização frente ao sistema capitalista e de uma perspectiva micro ao analisar os conflitos presentes no cotidiano, nesse caso, no Assentamento Oito de Abril.

Os conflitos cotidianos se mostram a partir de territorialidades que são produzidas através das manifestações e diversas relações que ocorre no interior do Assentamento Oito de

Abril. Enfocam-se esses conflitos e essa relação por uma fundamentação teórica pautada em um sistema de estruturas e representações territoriais, que explica os processos de forma macro e micro.

Em um enfoque **macroterritorial** está o **Estado**, o **MST** e o **Mercado** de uma forma geral. Na perspectiva **microterritorial**, destacam-se as **relações no interior** do Assentamento Oito de Abril que ocorrem a partir das relações sociais, econômicas e políticas.

O Estado, através das instituições, o aparato repressivo e as ações do capital pressionam os excluídos do campo, que se organizam em torno do movimento, como o MST, resistindo à dominação de forças macroterritoriais. Cria-se, assim, um campo de confronto e conjugação de forças para sobrevivência. O MST, através da organização política dos processos relacionais, se apresenta como uma territorialidade transformadora, com os assentamentos e toda sua estrutura, que redefine o papel de exclusão do sem terra em uma nova posição na sociedade, organizando-se de forma macro também.

Com a estruturação do acampamento e com a posse da terra pelos acampados, constituindo o assentamento, o sem terra passou a levar consigo a história e a marca de um grupo que compartilha os mesmos objetivos. Essa construção humana cheia de abstrações e materialidades sobre o espaço torna-se territorialidades e território. Em Saquet (2009), o território é resultado das territorialidades efetivadas pelo homem e, nesse aspecto, as territorialidades do MST que organizaram a ocupação da Fazenda “Sete Mil” construíram um território. A territorialização é realizada a partir das territorialidades que são sobrepostas a esse espaço. O espaço físico ocupado pelo assentamento é o mesmo que era ocupado pela Fazenda. Então, o que há de diferente nesse espaço delimitado? Há, justamente, uma nova territorialização sobre o mesmo. A partir dessa territorialização os assentados trouxeram consigo uma nova dinâmica territorial, tanto dentro como fora deste espaço delimitado.

Saquet (2009), a partir das reflexões de Dematteis (1997), destaca que no território há relações internas e externas, assim o Assentamento está ligado a outros assentamentos por meio do MST, formando uma rede, como está ligado a acampamentos e a cidades vizinhas, que mantêm relações com as famílias que o compõe e a população local.

Toda essa articulação em rede faz parte da construção de territorialidades, sendo ela relacional e do dia a dia, a partir dos diferentes atores, objetos, ações e ambientes que se relacionam.



Para que ocorresse a territorialização do “Oito de Abril”, já havia territorialidades em gestação, como destaca Saquet (2009): as territorialidades são relações sociais simétricas ou dissimétricas que produzem historicamente cada território.

As relações construíram a delimitação sobre o espaço ocupado pelo Assentamento, sendo relações internas e externas, em um campo de força social, econômico e político. Saquet (2009) lembra que a territorialização se constitui e é substantivada por diferentes temporalidades e territorialidades que se apresentam multidimensionais, plurais e estão em unidades.

Podem ser ressaltados vários elementos que demonstrem a territorialidade ou as territorialidades do Assentamento Oito de Abril. Territorialidade, porque o Assentamento, ao reunir os vários processos e campos de força do seu interior, reflete a sua homogeneidade e, por hora, a sua descontinuidade também. Saquet (2009) lembra que a territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significando movimento histórico e relacional. Ao longo do tempo, as formas e os conteúdos do “Oito de Abril” foram se construindo a partir das relações efetivadas nesse espaço.

As territorialidades poderão ter como resultado a territorialização e, no território, serão o conteúdo, que em diferentes campos de força dará uma característica a esse território, diferenciando-o dos demais e dando-lhe homogeneidade. Essas territorialidades estarão em constante processualidade, ou seja, elas se modificam com o tempo, a partir das contradições e dos vários campos de forças que se relacionam no interior e fora do território.

A partir das desigualdades e diferenças, pode-se trazer para o debate as territorialidades do Assentamento, demonstrando como elas se constroem por meio dos campos de força que as integram. Saquet (2009), destaca que este processo é multidimensional e pode ser detalhado por meio das desigualdades e das diferenças, sendo unitária por meio das identidades. Os campos de força podem ser notados nos diferentes processos relacionais, como educação, organização política e na forma de produção do alimento e produtos para o mercado, bem como nas configurações que empregam no espaço apropriado.

A partir destas reflexões destacaram-se algumas “relações” efetivadas sobre o “ambiente geral” do assentamento como a educação, a produção e a organização política. A partir dessas três relações pode-se analisar a correlação de forças entre os atores e a produção de territorialidades do Assentamento.



Por meio do processo e formação institucional da educação no assentamento é forte a correlação e confronto entre Estado x MST. O Estado, por intermédio do MEC, estado do Paraná e município de Jardim Alegre atua sobre este espaço. O MEC na regulamentação e o estado do Paraná e o Município de Jardim Alegre na manutenção dos serviços. O mercado também se faz presente das mais diferentes formas no processo de ensino, com o objetivo de formação para o mercado de trabalho em grandes centros urbanos. Desta forma, esses atores atuam na lógica de homogeneização da educação inserida no processo de ensino como ocorre em toda rede de ensino, atuando sem levar em conta as particularidades.

O MST, por meio da organização que há no interior do Assentamento, com a estrutura em rede que possui e atuando de forma macro, é responsável pelo enfrentamento para que a educação do Assentamento leve em conta algumas particularidades. Nesse processo relacional há vários envolvidos, como os professores que fazem parte da produção da territorialidade que se construirá juntamente com alunos e pais de alunos que são assentados.

Há dessa forma, um confronto entre alguns professores em relação à presença da estrutura do MST no ensino, por não estarem acostumados com a ação deste ator em outras escolas. Nessa relação, pela organização do MST, os pais se fazem presentes no espaço escolar, sendo o princípio de uma educação democrática, pautada na autogestão educacional. Dessa forma, a territorialidade produzida no meio escolar é pautada na participação dos pais, em que a estrutura institucional ocorre nos moldes que o Estado mantém, porém, sua dinâmica é diferenciada pela orientação do MST sobre os assentados.

Na lógica da produção econômica o MST, pela sua conjuntura, trabalha no enfrentamento do sistema para a realização da reforma agrária. Para este objetivo, o movimento se fundamenta em alguns princípios de esquerda que, com a implantação de assentamentos, perde força diante da ação do mercado. O mercado controla os objetivos e meios da produção a partir da acumulação. O MST trabalha com a produção para subsistência do assentado e para a não desarticulação dos produtores pela ação do mercado. O Estado atua na organização e na promoção de ambos, já que está organizado por meio de uma conjugação de interesses. Nessa lógica, o MST tem organizado os assentados para subsistência, por meio da Cooperativa Camponesa do Vale do Ivaí (COCAVI) e da produção de alimentos; e o mercado tem entrado no Assentamento por meio de lavouras para exportação como a soja.

Por meio da organização social do Assentamento, expressa-se a ação Estado x MST, com os processos que envolvem os assentados no interior do seu território. Esta ação se

inicia com a organização da estrutura política do Assentamento que segue as diretrizes do MST. Depois da organização interna, os assentados se inserem em estruturas do Estado, como a disputa pela Prefeitura e Câmara de Vereadores de Jardim Alegre. A organização interna do assentamento e o número de assentados têm dado ao Assentamento um “peso” de decisão e articulação nas eleições municipais, por meio do Partido dos Trabalhadores (PT). A aliança e candidatos do PT têm sido vitoriosos desde que os assentados passaram a votar em Jardim Alegre. Esta ação levou a uma reação que é a rejeição por parte de alguns eleitores e grupos de Jardim Alegre em relação à aliança PT/Assentamento. Os Assentados se alinham dessa maneira com o PT e outros grupos tradicionais da cidade para somar forças, como tem ocorrido nas últimas eleições.

Assim, são as territorialidades do “Oito de Abril”, construídas por meio da correlação de vários atores e um processo relacional sobre o ambiente: a organização coletiva, resistência e mobilização desta organização, que atua em diferentes campos como nas eleições e ocupações de prédios públicos, como ocorreu com na Prefeitura de Jardim Alegre.

Essa organização influencia também a produção, sendo responsável pela criação da COCAVI e articulação dos assentados na sua viabilidade para lidar com o mercado e subsistência das famílias para que o Assentamento não se desarticule. Na educação, a organização política do Assentamento tem trabalhado para que seus filhos sejam atendidos para uma formação voltada ao campo e para que a escola se produza a partir da participação dos assentados nas decisões, o que tem gerado conflitos.

Dessa forma, o assentamento funciona por meio da articulação de sua organização política, nos diferentes processos relacionais que ocorrem no seu interior, como produtor das territorialidades que são os frutos do processo de confrontação e correlação de interesses: Mercado x Estado x MST = Assentamento.

### **Considerações finais**

O MST se apresenta como uma macroterritorialidade com um papel homogeneizador na apropriação de espaços para a territorialização dos assentamentos. Já o Assentamento se configura como uma microterritorialidade que se produz a partir de suas próprias manifestações, porém ela é influenciada pelas macroterritorialidades, em um processo de correlação entre o MST, o Estado e o Mercado.

O Assentamento não se produz apenas pelos assentados e sim pela correlação de poderes que está envolvida na constituição de um sistema com vários elementos e variantes, que produz as territorialidades e o seu território. Nesse sentido, destacar a territorialidade do Assentamento Oito de Abril sem mencionar o MST na sua constituição, não é possível, sendo que toda organização política interna do Assentamento está estruturada de acordo com as diretrizes do MST. O Estado também se insere na produção das territorialidades por meio de uma conjugação de forças, assim como no modelo: Estado x MST x Mercado = Assentamento.

Como o Assentamento se produz por meio deste processo relacional, ele é único em suas territorialidades, pois cada assentamento se produz a partir das correlações e que pode se alterar pela presença de um dos atores ou pela ausência. Como exemplo, pode ter assentamentos que não conta com a presença do MST e assim, a organização e a produção do território serão diferentes. Da mesma forma, pode haver um assentamento com maior presença do MST, o que pode alterar a dinâmica local. O Assentamento caracteriza-se como uma microterritorialidade que recebe influência de ambos os atores, porém, isso não quer dizer que é uma estrutura passiva, pois auto se organiza e constrói sua própria lógica e sua territorialidade neste processo. Assim, o Assentamento tem sua territorialidade e território como produto que envolve um processo relacional complexo por meio da ação de diferentes atores envolvidos.

### **Referências Bibliográficas:**

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 530p.

FABRINI, João Edilson. **Assentamento de Trabalhadores Sem-Terra: Experiências de Lutas no Paraná**. Marechal Cândido Rondon: LGeo, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 –1999)**. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 a.

\_\_\_\_\_. Des-caminhos e perspectivas do território. In: **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão. PR. Unioeste, 2004 b.

\_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos**. 2ª ed. Contexto. São Paulo, 2006.

HOFFMAN, Leandro Sidnei Nunes. *Da Cruz a Bandeira: A construção do imaginário do Movimento Sem Terra/RS, 1985-1991*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em História da UFRG. Porto Alegre - RS. 2002.

MUSCARÁ, Luca. A Heurística de Jean Gottmann: Um dispositivo psicossomático. In: **Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos**. Organizado por Marcus Aurélio Saquet & Eliseu Savério Spósito. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009, p37-56.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: **Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos**. Organizado por Marcus Aurélio Saquet & Eliseu Savério Spósito. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009, p17- 35.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. **Geografia do homem (antropogeografia)**. In: MORAES; Antonio C. R.). (org.) Ratzel. São Paulo: Hucitec, 1990.

\_\_\_\_\_. *O solo a sociedade e o Estado*. In: **Revista do Departamento de Geografia**, 1983, n.2,p.93-101

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2ªed. 2010.

\_\_\_\_\_. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão. PR. Unioeste, 2004.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial. In: **Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos**. Organizado por Marcus Aurélio Saquet & Eliseu Savério Spósito. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009, p37-56.

SOUZA, José Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia - Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. **“Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: **Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos**. Organizado por Marcus Aurélio Saquet & Eliseu Savério Spósito. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009, p37-56.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território; um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão. PR. Unioeste, 2004.